

## **TV e Jornal enquanto produtores de notícia: algumas perspectivas de trabalho em sala de aula<sup>1</sup>**

Rinaldo José Varussa<sup>2</sup>

Este artigo visa refletir sobre alguns elementos percebidos como presentes na produção de notícias veiculadas pelos meios de comunicação, particularmente, TV e jornal, objetivando com isso apontar alguns aspectos que auxiliem na reflexão de modos como possam ser utilizados esse material no ensino de História. A perspectiva, assim, é de diálogo com o leitor, não tendo a pretensão de ensinar como o profissional do ensino deve proceder ao recorrer àquele material.

Neste sentido, pensamos que trazer para a sala de aula notícias veiculadas pela TV e pelo Jornal, possibilita diversas formas de reflexão, tais como as que se relacionam ao modo como esta produção se faz e a maneira como as pessoas interagem com o material assistido e lido.

A própria seleção de fatos e notícias que estes meios trazem no bojo da sua produção poderia ser motivo para um debate, se levarmos em conta que a pauta estabelecida (aquilo que é noticiado) resulta de uma escolha entre muitos outros assuntos. É lógico que poderia ser dito que tais escolhas justificam-se a partir do que é “mais importante”. Porém, isso não esclarece a questão, mas sim a enriquece, uma vez que uma nova pergunta seria decorrente daquela justificativa: “importante para quem?”

Para trazer esse aspecto da seleção que se faz do que é noticiado para o campo das experiências mais imediatas, vamos recordar uma situação recente.

Nos meses de abril e maio deste ano, um dos destaques nos meios de comunicação foi a seca no Nordeste.

A seca e os problemas que a ela se relacionam continuaram e, até mesmo, devem ter se acentuados, uma vez que o período sem chuvas se prolongou por mais tempo. No entanto, o assunto “saiu de pauta” ou diminuiu significativamente o seu espaço na chamada “grande imprensa”. Por quê?

Seja qual for a resposta – que é importante de ser investigada e debatida - ela nos evidencia o caráter de escolha que pontua a produção noticiosa: aquilo que é noticiado não se refere exclusivamente a existência ou não de um problema ou situação, mas há outros elementos que informam esta escolha, tais como as preocupações dos que produzem a notícia, seus interesses, propostas e expectativas.

Poderíamos, ainda, acrescentar um outro detalhe neste “fazer-se da notícia” enquanto produto construído que se articula a uma seleção: a repetição de temas, que chega a nos dar a impressão de que os assuntos vão e voltam, como se fossem aqueles filmes que viram

<sup>1</sup> Artigo publicado na revista “Cadernos de História” da Ed. Da Universidade de Uberlândia, nº 7.

<sup>2</sup> Professor de história, mestre e doutorando em História pela PUC - SP

seqüências, às vezes, intermináveis (tipo Rambo I, II, III, etc.). A própria seca no Nordeste assume este aspecto: quantas vezes ela não foi notícia? Ou as ocupações (chamadas nos noticiários de “invasões”) de terra pelo Movimento dos Sem-Terra (MST) – ainda que não seja essa organização a responsável pela prática -, ou as greves da Central Única dos Trabalhadores (sempre ela?) – e, uma mais recente, as quebras das bolsas, também chamadas de “a procura da bola da vez”?

É importante notar que o assunto noticiado pode ser o mesmo, mas a forma como aparece nunca é a mesma, aumentando, assim, a semelhança com as seqüências Hollywoodianas ou os “remakes”, com suas adaptações que incorporam as preocupações ou intenções do momento. No caso da seca, por exemplo, o que vimos este ano não foi a vinheta global dos anos 80, a qual colocava em letras estereotipadas o emblema “Nordestinos” - que ressaltando em tom vermelho o final da palavra (“destinos”) -, buscava criar a imagem da “solidariedade nacional”. O enfoque neste ano era sobre os saques e saques organizados pelo MST, pela Igreja, pelo Partido dos Trabalhadores (PT)... os quais são acusados pelo governo de “exploração política da miséria”.

Há que se ressaltar, no entanto, que apesar da diferença de enfoque<sup>3</sup>, a imagem de “vale a pena ver de novo” é a que fica, pois o que se reforça é a “causa natural” do problema: é uma região semi-árida, onde a falta de chuva é cíclica, ainda mais com o “El Niño”.

Por certo este parece ser um dos desdobramentos - e mesmo intenção - que permeia a produção da notícia: estabelecer elementos que levem o assistente/leitor a construir também ele sensações e reflexões.

E isto pode se constituir numa outra dimensão a ser valorizada no trabalho em sala de aula, qual seja a da própria presença que assumem determinadas questões na sociedade com estas “jogadas de holofotes” que a mídia faz sobre elas, colocando os temas abordados em evidência, desencadeando e mesmo direcionando discussões - à medida que não só faz uma versão, mas também uma escolha do que será noticiado - entre seus leitores/assistentes.

Neste sentido, é importante considerar que a abordagem televisiva, por exemplo, não estabelece simplesmente uma relação de “fazer a cabeça” da população, como se as informações, colocadas por aquele meio de comunicação, fossem as únicas com as quais os

<sup>3</sup> Importante frisar aqui que os enfoques mudam também de canal para canal e/ou de jornal para jornal – um outro aspecto que pode ser trabalhado em sala de aula, quando se busca, por exemplo, discutir o caráter de construção que as notícias têm. Só para pontuar estes diversos enfoques, tomemos apenas os títulos dos editoriais de diferentes jornais quando o tema foi as ocupações de terras, nos primeiros meses deste ano: no Correio Brasiliense, de 20 de março, o título do editorial era “Afronta à Lei”; na Folha de São Paulo, de 1º. de abril, “Guerra no Campo”; no O Estado de São Paulo, também de 1º. de abril, “O Figurino Fascista do MST”; no Zero Hora, de 03 de abril, “O Caminho da Lei”; no “O Globo”, de 06 de abril, “Apoio ao Produtor”. É possível se pensar, apenas pelos títulos, como a questão assume perspectivas bastante diversas e mesmo divergentes nestes jornais.

sujeitos têm contato ou, ainda, que a eficácia da TV chegasse ao ponto de se sobrepor às demais.

Esta perspectiva se acentua numa linha de análise que concebe as ações impetradas através dos meios de comunicação enquanto constituidoras de uma “cultura de massas” que se sobrepõe a outras experiências dos sujeitos, uniformizando suas perspectivas da realidade e seus modos de viver, como se um saber produzido por um grupo ou classe e divulgado por um determinado veículo (TV e jornal, por exemplo) silenciasse ou anulasse outros saberes constituídos pelos sujeitos em outras relações e lugares.

Um dos desdobramentos desta reflexão é caracterizar esse ou aquele programa de TV ou coluna de jornal como “bom” ou “mau” para o “público” (novamente criando-se uma entidade uniforme e passiva, apenas receptora de mensagens).

É possível, porém, considerar aquela relação entre a mídia e as pessoas como um diálogo no qual estas partes contrapõem intenções e perspectivas, diferentes conceitos, valores, sentimentos, os quais foram constituídos nas diversas experiências vividas. Assim, poderia ser dito que as pessoas não estão passivas ante as informações que lhes são colocadas no dia-a-dia, mas interagem com elas, adaptando-as, rejeitando-as e/ou resistindo-lhes. Desta forma, notícias de jornal e programas de TV não são apenas conteúdos a serem assimilados - nos moldes de um texto-aula ou tele-aula - mas firmam-se enquanto práticas de determinados sujeitos, que carregam propostas colocadas a outros sujeitos e que estes as interpretam e analisam de diversas maneiras.

Este processo é um elemento importante a ser considerado e valorizado no espaço da sala de aula, uma vez que os envolvidos no processo de produção do conhecimento tiveram, de alguma forma, contato com as questões a serem trabalhadas e articularam noções que podem estabelecer um lugar a partir do qual as reflexões têm possibilidades de surgirem.

E para desencadear esta reflexão, a transformação destas noções de conteúdos prontos em problemas a serem discutidos torna-se uma estratégia fundamental. Ou seja, estabelecer que os conceitos são problemas e não meras definições, que explicam as situações ou a realidade de maneira definitiva (WILLIAMS, 1979). Uma noção oportuna para este momento, é pensar as definições como um campo de disputas, no qual o convencimento dos sujeitos pode representar a manutenção ou a transformação de uma situação. Convencer - a própria palavra traz este conteúdo: con-vencer - significa a possibilidade da implantação de uma proposta.

Com vistas a viabilizar esta perspectiva, algumas possibilidades se apresentam para o trabalho em sala de aula, como a contraposição das diferentes abordagens (como a que se verifica nos editoriais elencados anteriormente na nota 2), ou a utilização de um único texto que se coloque em conflito com as noções que os participantes da aula trazem consigo.

Partindo desta preocupação, a própria produção da imprensa e da TV assume uma dimensão de documentos a serem trabalhados, a serem desconstruídos, quebrando-se concepções, talvez intencionais de seus autores, que estabelecem conteúdos definidos para as questões abordadas, deixando a impressão de que problemas como o da mobilização de movimentos de trabalhadores ou a seca no Nordeste, por exemplo, nada mais são do que mais um episódio da série. Se esta é a impressão que fica, ela pode ser pensada, entre outros aspectos, enquanto uma construção que se articula às disputas que constituem as relações nas sociedades e às correlações de forças que buscam estabelecer a vitória de determinadas propostas.

Neste sentido, a formação de uma noção de tempo e espaço, seja enquanto uma sucessão necessária e cíclica de situações e acontecimentos, seja o da natureza que determina as condições de vida das pessoas, não resiste a uma problematização dos conceitos que lhes dão suporte<sup>4</sup>.

Buscando tornar mais palpável esta proposta/perspectiva de trabalho, vamos recorrer a uma situação, que bem poderia ser a de uma oficina ou a de uma aula.

Tomemos, inicialmente, um artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo, em 5 de novembro de 1997, no “Suplemento Agrícola” e intitulado “Lucro Agropecuário”. Neste artigo, seu autor, um veterinário que atua no Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de São Paulo, expunha o caso de um fazendeiro de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, proprietário de uma fazenda de 54 alqueires e avaliada em R\$ 540 mil. Sua utilização estava assim distribuída: 50 alqueires estavam arrendados por R\$ 40 mil anuais e nos 4 alqueires restantes explorava-se a agropecuária leiteira que rendia anualmente R\$ 5,28 mil, totalizando, assim, uma renda de R\$ 45,28 mil ao ano.

A esse aproveitamento, o autor contrapunha que se o fazendeiro colocasse R\$ 540 mil (preço de mercado da propriedade) no banco com juros de 1,2 % ao mês (taxa que era paga pela poupança no período), ele obteria em um ano R\$ 83 mil. A partir disso, a equação se concluía com a avaliação do autor de que o fazendeiro acumularia, naquele ano, um prejuízo

de R\$ 37, 7 mil (cifra obtida com a subtração de R\$ 45,28 mil - renda obtida - de R\$ 83 mil - suposto rendimento bancário).

Na avaliação realizada pelo autor, podemos evidenciar que ele trabalha com um conceito de terra e de propriedade: ela é um capital que deve gerar lucro. E é com base nisso que

---

<sup>4</sup> Para exemplificar, pensemos a relação seca / pobreza constantemente estabelecida para o Nordeste brasileiro. Ou seja, há pobreza porque ocorre a seca. Uma comparação com outros lugares com condições climáticas semelhantes - tais como Israel e o Estado americano do Texas - podem apontar que a relação não é necessária e, portanto, não justifica a situação, mas envolve outros aspectos.

resume a sua proposta:

*“O lucro não é o único motivo de uma atividade econômica: segurança, paz, estética, diversão, uma vida calma também podem ser objetivo. Todas as pessoas tendem a maximizar a utilidade de suas atividades. A procura do lucro, porém, deve ser um dos motivos, porque a sua existência é que permite a continuação da atividade econômica. Se esse fazendeiro fosse um industrial e fabricasse copos, por exemplo, ele já teria data marcada para a falência.”<sup>5</sup>*

Essa conclusão provoca reações ligadas, por exemplo, ao conceito de propriedade que o leitor possa ter. É esta reação, podemos dizer, que estabelece a possibilidade da discussão, da reflexão, gerando a problematização daquela abordagem expressada no texto.

Na definição do artigo citado - e aqui já estamos realizando minimamente uma confrontação entre as nossas perspectivas e propostas com as que o texto traz -, parece-nos que o autor reconhece que a “gente não quer só comida” (nas palavras dele “segurança, paz, estética, diversão, uma vida calma”), mas coloca esta como condicionada à obtenção do lucro pela propriedade ( “a sua existência é que permite a continuação da atividade econômica”). Talvez, uma versão mais elaborada do “é preciso fazer o bolo crescer para reparti-lo”<sup>6</sup>, que ocupa ainda a memória de alguns.

Mas, outras memórias existem e podem ser colocadas em diálogo. E aqui imbricamos para uma dimensão do trabalho com a história.

Provavelmente, o texto “Lucro Agropecuário” permite discussões nas mais diversas direções e áreas, não excludentes entre si. Buscaremos, porém, aprofundar uma reflexão histórica.

Assim, uma possibilidade seria estabelecer um diálogo com as experiências de outros sujeitos, os quais viveram outros momentos e situações. Tal motivação - é importante frisar - decorre de um tratamento temático da história, tendo em vista que se procura refletir e aprender a partir de um problema constituído numa questão, que poderia ser resumida, por exemplo, na pergunta: “como diferentes sujeitos vivem (ou usam, ou trabalham) a relação com a terra?” A pretensão, assim, não é fazer uma história da propriedade da terra, com a busca das suas origens, mas estabelecer uma relação com outros sujeitos e experiências, mediada por uma questão, que ajude a pensar, por exemplo, o momento vivenciado pelos que investigam.

Neste trabalho de discutir esta questão, podemos lançar mão de diversos meios, dando-

<sup>5</sup>José Carlos Campos PIMENTES, “O Lucro agropecuário”, em O Estado de São Paulo, “Suplemento Agrícola” 05/11/1997, , p. 2.

<sup>6</sup> Vale lembrar que este era um dos motes adotados pelo governo militar e, mais especificamente, pela “Equipe Econômica” da época- início dos anos 70 - chefiada pelo então ministro Antonio Delfin Neto, para rebater as críticas contra a política econômica implantada que, para seus críticos, promovia o crescimento econômico com concentração de rendas e riquezas. O próprio presidente do período (1969-1974), o General Emílio Garrastazu Médici, chegou a dizer numa ocasião que “a economia ia bem, mas o povo estava mal”.

lhes uma dimensão de documentos, tais como os próprios artigos de jornais, programas de TV, depoimentos orais, fotos, músicas, relatos de viajantes, bem como diferentes momentos e experiências: Canudos, Contestado, ou aqueles mais recentes como trabalhadores rurais sem terra contemporâneos nossos.

Partindo-se daquela questão delimitada acima, uma discussão a partir das sociedades indígenas, por exemplo, apresenta-se como um contraponto interessante às formulações presentes, uma delas já evidenciada no artigo “Lucro Agropecuário”.

Nesta direção, coloco aqui um relato instigante, produzido por André de Thevet, um capelão da corte francesa que acompanhou Villegaignon, em 1555, permanecendo no Brasil por alguns meses. Thevet ao observar a agricultura praticada pelos indígenas com que teve contato, assim a descreveu:

*“Suas plantações são pequenas, não passando de algumas roças localizadas próximas da aldeia.*

*Além de uma espécie de milho - que é o único cereal que têm - plantam também certas raízes. Fazem duas colheitas por ano.*

*É assim que preparam suas terras de cultivo: primeiramente, cortam o mato, deixando em pé apenas as árvores mais altas que um homem. Depois, ateião fogo nos troncos e ervas, roçando e limpando todo o terreno. Em seguida, sulcam a terra com certos instrumentos de madeira (ou de ferro, depois que tiveram conhecimento destes). Em seguida, as mulheres plantam o milho indígena e certas raízes escavando com os dedos uma cova, como se usa entre nós quando plantamos ervilhas e favas.(...)”<sup>7</sup>*

O modo como estes indígenas praticavam a agricultura - que, inclusive, chamou a atenção do europeu e que, normalmente, é conceituada como de subsistência (muito praticada entre as populações rurais na atualidade e por povos europeus à época da chegada deles aqui no Brasil, como ressalta o próprio Thevet) -, muito provavelmente seria tida como superada, na lógica estabelecida no texto anterior, posto o seu iminente risco de falência. Muito embora não conste que tenha sido esta a causa da redução e mesmo da extinção de populações nativas.

Ocorre, por certo, que os valores e preocupações, no caso narrado por Thevet, eram outros, bem como a proposta de relação com a terra, constituída pelos indígenas no aprendizado obtido a partir do seu contato com o meio e que expressavam uma cultura. Estas são questões passíveis de serem debatidas em sala de aula e, evidentemente, aprofundadas e desdobradas em outras, como também buscando outras experiências e sujeitos, algumas delas já apontadas anteriormente.

Enfim, caberia ressaltar as possibilidades que constituem este tipo de trabalho quanto a desconstrução da “visão progressista” com que se caracteriza a trajetória dos que mantêm uma hegemonia num dado momento e o do seu contrário, como sendo o “eterno retorno” ou o

<sup>7</sup> André THEVET, “As Singularidades da França Antártica” (1557). In SÃO PAULO, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CENP, Coletânea de Documentos Históricos para o 1º. Grau – 5ª a 8ª séries, p.16.

“atraso”, dos que se colocam como alternativa ou diversidade àquela posição.

Em relação à isso, “as distâncias” entre o presente e o passado resultam, muitas vezes, das disputas que marcam o fazer-se dos diversos grupos, que determinam os esquecimentos e lembranças, a valorização ou não de determinados aspectos da realidade, de práticas e propostas que se contrapõem.

Tornar presente em sala de aula esta diversidade que marca as sociedades e, conjuntamente, a produção do conhecimento - passíveis de serem vivenciadas na abordagem de questões nas quais se debatem os sujeitos na atualidade, como a da propriedade e uso da terra -, firma-se como uma das dimensões que evidenciam a importância da disciplina História no âmbito escolar enquanto um espaço de construção de relações democráticas e participativas.

Talvez, seja a percepção dessa dimensão que demova as autoridades na atualidade, ocupadas na constituição de um consenso do silêncio, a atentarem contra oportunidades de discussão e debate que representem, mesmo que minimamente, a constituição de outras propostas<sup>8</sup>.

### **Bibliografia**

SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Coletânea de documentos históricos para o 1º grau – 5ª a 8ª séries**. Coord. Maria de Lourdes Monaco Janotti e outras. São Paulo, SE/MEC/DEF, 1978.

SILVA, Marco A. **História: o prazer em ensino e pesquisa**. São Paulo, Ática, 1995.

VIEIRA, Maria do Pilar et alli. **A Pesquisa em história**. São Paulo, Ática, 1989.

WILLIAMS, R. **Marxismo e literatura**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

---

<sup>8</sup> Neste sentido e por exemplo, no Estado de S.Paulo, vive-se a redução da grade curricular de disciplinas como História e Geografia e a quase extinção de outras como Sociologia, Filosofia e Psicologia.